

AMBIENTE

# Governo reedita MP do Código Florestal

*Texto resgata projeto do Conama que deve ser aprovado por comissão especial no Congresso*

DOCA DE OLIVEIRA  
e SANDRA SATO

**B**RASÍLIA – O Palácio do Planalto reeditou ontem a medida provisória que cria o Código Florestal brasileiro fixando em 80% a área de reserva legal nas propriedades rurais situadas em florestas e em 35% nas áreas de cerrado localizadas na Amazônia. O texto divulgado ontem resgata o projeto aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que fora amplamente modificado em votação de comissão mista do Congresso por uma manobra da bancada ruralista.

A reedição da medida indica mudanças na estratégia do governo para a sua aprovação. O plano inicial era enviar ao Congresso um novo texto para forçar a criação de outra comissão especial, em que parlamentares ligados à causa ambiental teriam maior participação para neutralizar a pressão dos ruralistas.

**Sem atritos** – Ontem, interlocutores próximos ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, explicavam que o governo recuou da idéia para evitar mais um embate com a sua base de sustentação em meio ao processo de apaziguamento que ainda exige esforço do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. O temor era que o envio de um novo texto fosse encarado como uma resposta do governo,

desautorizando o trabalho da comissão.

Na próxima semana, os operadores políticos do Planalto e Sarney Filho tentarão costurar uma saída alternativa na comissão especial que já está funcionando. O objetivo é substituir o relator, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PA), por um parlamentar alinhado e fiel aos interesses do governo. Se não for possível, o ministro tentará convencer o deputado a acatar as mudanças promovidas na MP, garantindo que o projeto aprovado pelo Conama seja mantido pela comissão especial e levado ao plenário do Congresso.

Enquanto os líderes dos partidos aliados ao governo articulavam a votação da MP do mínimo no último dia 10, a bancada ruralista conseguiu aprovar com 10 votos favoráveis o parecer de Micheletto, reduzindo para 20% a área de

**M**INISTRO  
 VAI TENTAR  
 SUBSTITUIR  
 RELATOR

reserva legal de propriedades rurais localizadas na Amazônia, no caso de a agricultura ser opção viável na região. As distorções impostas ao Código Florestal só foram possíveis por um cochilo dos líderes dos partidos aliados e sua aprovação teve enorme repercussão internacional, criando mais um desgaste para o governo.

A proposta que será enviada ao Congresso tem como ponto principal os limites para desmatamento, estabelecendo a preservação de propriedades rurais em 80% na região amazônica, 20% nas demais regiões do País e 35% nas áreas de cerrado. Também fica estabelecido o manejo florestal sustentável de todas as reservas.